



CONSIDERAÇÕES TEOLÓGICAS E ANTROPOLÓGICAS A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE A RAZÃO E DEUS EM KANT

Rafael Klabunde¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem sobre a contribuição do pensamento de Immanuel Kant a respeito do ser humano e de Deus, a partir do primeiro capítulo de sua obra intitulada *Streit der Fakultäten* (Conflito das Faculdades). São apresentados traços da vida de Kant e do contexto em que este viveu, o Iluminismo, e também sobre o seu pensamento em relação ao conhecimento e à moral. E após uma abordagem sobre a obra citada acima, são apresentadas conclusões no que diz respeito a quem é o ser humano e qual a importância e função de Deus segundo Kant.

O ser humano é racional e procura entender tudo dentro da relação de causa e efeito, porém, nem tudo pode ser compreendido racionalmente; Deus, por exemplo. É preciso abandonar essa relação de causa e efeito para viver de maneira respeitosa na sociedade e, para isso, Deus é necessário. Segundo Kant, Deus se torna moralmente importante para o ser humano.

Palavras-chave: Immanuel Kant, Iluminismo, fé e razão, filosofia e teologia, moral, causalidade.

¹ Rafael Klabunde é estudante do 6º semestre do curso de Bacharelado em Teologia da FLT – Faculdade Luterana de Teologia. O presente artigo é uma versão levemente adaptada de um ensaio monográfico na área histórico-sistemática (e-mail: rafael.klabunde@flt.edu.br). Sua publicação faz parte da política de Vox Scripturae divulgar resultados de algumas pesquisas de iniciação científica.

ABSTRACT

*This article presents an approach about the contribution of Immanuel Kant's thought regarding the human being and God, from the first chapter of his work entitled *Streit der Fakultäten* (Conflict of the Faculties). Traces of Kant's life are presented and the context in which he lived, the Illuminism, and also about his thought in relation to knowledge and moral. After the approach about the work cited above, conclusions regarding who is the human being and which is the importance and function of God according to Kant are shown. The human being is rational and searches to understand everything inside the relation of cause and effect, however not everything can be rationally understood; for example God. The relation between cause and effect needs to be abandoned to live in society in a respectful way, and for this God is necessary. According to Kant, God becomes morally important for the human being.*

Key-words: Immanuel Kant, Illuminism, faith and reason, philosophy and theology, moral, causality.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de buscar conceitos antropológicos e teológicos a partir da análise do pensamento de Kant, mais precisamente, a partir do primeiro capítulo de sua obra *Conflito das Faculdades* (*Streit der Fakultäten*). Para alcançar este objetivo, buscamos compreender primeiramente a vida de Kant, a maneira como foi criado por seus pais e quais os assuntos que lhe interessaram nos seus estudos. Também foi necessária uma análise do contexto de sua época, o Iluminismo, no qual a crença na razão humana marcou o pensamento de grandes filósofos e cientistas.

Após este primeiro momento, em que nos inserimos no contexto histórico de Kant, partimos para a análise de sua filosofia a partir dos dois temas com os quais ele se preocupou, e com os quais também outros pensadores iluministas se preocuparam: o

conhecimento e a moral.

Em seguida, depois de compreender o pensamento de Kant nessas duas áreas, iniciamos uma abordagem sobre o primeiro capítulo da obra *O Conflito das Faculdades*, na qual Kant apresenta um confronto entre a faculdade de filosofia com a de teologia, isto é, um confronto da razão com a igreja.

E, por fim, a partir de toda a análise feita até este ponto, apresentaremos considerações antropológicas e teológicas do pensamento de Kant, onde mostraremos “quem é o ser humano” e “qual a importância de Deus” em sua filosofia.

Além da obra já mencionada de Kant, também foram utilizados outros autores, os quais analisam a filosofia de Kant e apresentam uma síntese dessa filosofia.²

II. VIDA E OBRA DE KANT

Immanuel Kant nasceu na cidade de Königsberg, na Prússia, no dia 22 de abril de 1724. De família pobre, seus pais, protestantes pietistas, deram-lhe uma educação religiosa, a qual influenciou sua filosofia.³ Kant não se casou nem teve filhos.⁴ Seu pai, João Jorgen, era artesão e trabalhava com artigos de couro. Sua mãe, Regina

2 Cf. PHILLIP, Wolfgang. *Das Zeitalter der Aufklärung*. Lichlingen: R. Brockhaus Verlag Wuppertal, p. 382-400; SOMMER, Wolfgang; KLAHR, Detlev. *Kirchengeschichtliches Repetitorium*. 4. ed. Göttingen: Vandernhoeck & Ruprecht, 2006 e outros.

3 MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. 9. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2003, p. 172.

4 *Os pensadores: Kant, vida e obra*. 4. ed. 1. vol. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. VII.

Reuter, era dona de casa.⁵

Sua mãe foi quem mais o marcou: ela motivou o seu sentimento pela beleza da natureza, a sua busca e amor pelo conhecimento e marcou sua educação religiosa. Ela o matriculou no *Collegium Fridericianum*, que era dirigido por um pastor pietista. A influência pietista sobre Kant pode ser vista principalmente em suas colocações sobre o tema “moral”.⁶

Kant estudou na universidade de sua cidade, em Königsberg, onde se concentrou na área da filosofia e também das ciências naturais, terminando os seus estudos no ano de 1747.⁷ Foi nessa mesma Universidade que Kant se tornou professor, exercendo a livre-docência. Ele veio a falecer em 12 de fevereiro de 1804; durante sua vida, não saiu de sua cidade natal.⁸

Algumas das obras que Kant publicou são:⁹ *História Geral da Natureza e Teoria do Céu* (1755), *O único Argumento Possível para Demonstração da Existência de Deus* (1763), *Sonhos de um Visionário, Interpretados Mediante os Sonhos da Metafísica* (1766), *Crítica da Razão Pura* (1781), *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura* (1783), *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* (1785), *Crítica à Razão Prática* (1788), *Crítica do Juízo* (1791), *A Religião nos Limites da Pura Razão* (1793), *Pela Paz Perpétua* (1795) e *O*

5 ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Kant*. 7. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2005, p. 855.

6 Id., *ibid*, p. 855-857.

7 MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. 9. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2003, p. 172.; ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Kant*, p. 857.

8 **Os pensadores:** *Kant, vida e obra*. 4. ed. 1. vol. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. VII.

9 Cf. todas as obras de Kant em Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *op. cit.*, p. 859-860.

Conflito das Faculdades (1798), etc.¹⁰

1. O problema do conhecimento e da moral

Kant, desde jovem, interessou-se por duas questões: o tema moral e religioso (a “moral”), presente em sua educação, e a ciência físico-matemática (o “conhecimento”).¹¹

Foi nessas duas questões que ele se concentrou ao longo de sua atuação. No “conhecimento”, com suas possibilidades e limites, Kant foi impulsionado pelo desenvolvimento de ciências como a matemática e a física (que apresentavam conhecimentos certos), a partir de grandes nomes como: Descartes (1596-1650), Newton (1642-1727), que ainda vivia quando Kant nasceu, e Leibniz (1646-1716). Na área da metafísica, Kant foi influenciado pelo pensamento de David Hume; principalmente pelo seu conceito de causalidade, que será explicado mais adiante.¹²

E, por segundo, seu interesse concentrou-se na “moral”. Nessa área, na qual Kant se preocupou com a ação humana, em como agir em relação ao próximo e em como alcançar o bem supremo e a felicidade, a influência aconteceu principalmente pelas obras de Rousseau. Também a Revolução Francesa, na qual Kant via um problema moral, influenciou sua reflexão.¹³ Rousseau foi um filósofo

10 MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. 9. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2003, p. 172.; *Os pensadores: Kant, vida e obra*, loc. cit., p. VIII.

11 ZILLES, Urbano. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulus, 1991, p. 46.

12 *Os pensadores: Kant, vida e obra*, loc. cit., p. VII-VIII.

13 Id., *ibid.*, p. VIII.

do Iluminismo francês.¹⁴

2. O Iluminismo

Kant foi influenciado pelo Iluminismo de sua época, que também estava ligado com o Pietismo, o qual fez parte da educação que recebeu desde a infância. O pensamento de Descartes marcou esse período: o homem deveria permanecer cético a todas as verdades, duvidando destas, e deveria chegar individualmente a respostas para as suas perguntas. E o meio para se chegar a essas verdades, segundo Descartes, era a razão.¹⁵

Essa crença na razão humana marcou os pensadores iluministas. O Iluminismo francês foi até chamado de “racionalismo”. Isso fez com que alguns filósofos tentassem colocar a ética, a religião e a moral em ligação com a razão. Assim, por meio da razão, o Iluminismo pretendia “iluminar” o ser humano, incluindo todas as camadas da população.

A superstição era comum entre a população, porém, isso não é racional, e tudo o que não fosse racional deveria ser combatido. Isso levou os iluministas a se concentrarem na educação da população, para libertar o povo dessa superstição. Aqui vemos as marcas do Pietismo no pensamento iluminista. No Pietismo há a mesma preocupação com a educação da população, inclusive dos pobres, chegando a criar escolas para estes.¹⁶

Para o iluminista Rousseau, o homem era naturalmente bom e, portanto, deveria voltar à sua natureza. A natureza é a razão

14 GAARDER, Jostein. *O Mundo de Sofia: Romance da história de filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 336.

15 Op. cit., p. 255-256; 337.

16 Op. cit., p. 338.

humana, que está em oposição à igreja e à civilização. A sociedade afasta o homem de sua natureza; a igreja afasta o homem de sua razão, com seus dogmas irracionais. Assim, portanto, os filósofos iluministas queriam libertar o cristianismo desses dogmas irracionais que haviam sido formados.¹⁷

Poder-se-ia pensar no Iluminismo como um movimento ateu, porém, essa visão é incorreta. O Iluminismo estava preocupado com o cristianismo. Não considerar a existência de Deus também é irracional; Deus continua sendo importante. Também para Kant, muitas vezes visto como um ateu, Deus é fundamental; Kant queria salvar os fundamentos da fé cristã. Todavia, no Iluminismo, a existência de Deus estava ligada à razão e não a uma fé irracional. A partir disso, entendem-se as tentativas de provar a existência de Deus por meio da razão.¹⁸ Portanto, o Iluminismo foi muito mais deísta do que ateu; isto é:

“Desse modo, Deus é visto como um ser superior, que só se revela ao homem através da natureza e de suas leis, mas nunca através de uma forma ‘sobrenatural’. Tal ‘Deus filosófico’, nós o encontramos já em Aristóteles. Para ele, Deus era a causa primeira, o impulsor do universo.” (GAARDER, 1995, p. 340).

Outra característica importante do Iluminismo, herdada do Pietismo, foi a busca pelos direitos humanos. A busca pela liberdade de pensamento e expressão, a luta contra a escravidão e a busca pelo lugar do homem na sociedade foram tentativas iluministas. O fato de as pessoas terem nascido humanas deveria lhes dar seus direitos. Já no Pietismo, vemos a busca pelos direitos do ser humano e a luta contra a escravidão e contra a pobreza. A diaconia no Pietismo

17 Op. cit., p. 339-340.

18 Op. cit., p. 339; 346.

mostra isto: construção de escolas para pobres, orfanatos, hospitais, etc.¹⁹

III. O CONHECIMENTO

A principal obra na qual Kant fala sobre o conhecimento é a *Crítica da Razão Pura* (1781).²⁰ Nessa obra, ele critica a tendência de desvincular a razão teórica, aquela pela qual se chega ao conhecimento das coisas, de tudo o que é empírico; isso que é chamado de razão pura, ou razão *a priori*.²¹

Após Descartes, a ocupação dos filósofos foi investigar o que podemos saber do mundo. E, para chegar a esse alvo, dois caminhos eram percorridos pelos filósofos. Havia aqueles que acreditavam que o mundo era como nós o percebermos, estes são chamados de “empíricos”, e entre eles estão Locke e Hume, por exemplo. E havia os que acreditavam que o mundo era como a razão o compreende, estes são chamados de “racionalistas”, e entre eles encontram-se Descartes e Spinoza.²²

Para os racionalistas, a razão é dotada de ideias inatas ao ser humano e, portanto, a experiência não tem valor algum. A filosofia deve se concentrar nessas ideias inatas para descobrir as verdades. Essas verdades são expressas em “juízos analíticos *a priori*”, os quais

19 Op. cit., p. 340.

20 Cf. também: KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. 1781.

21 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 901.

22 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 346-347.

são universais e não acrescentam nada ao conteúdo do conhecimento, apenas o explicam.²³

Para os empiristas, a única fonte de conhecimento é a experiência. Chega-se ao conhecimento a partir da soma das experiências. A verdade é expressa por “juízos sintéticos *a posteriori*”, os quais ampliam o conteúdo do conhecimento, mas não têm valor universal.²⁴

Para Kant, que recebeu influências de ambos os lados, tanto a razão quanto os sentidos eram importantes para compreender o mundo. É incorreta a concepção de que a ciência é constituída por juízos analíticos *a priori*, como buscam os racionalistas, ou que a ciência é constituída de juízos sintéticos *a posteriori*; para Kant, a ciência é constituída por juízos sintéticos *a priori*. Assim os juízos são universais, nos quais o predicado exprime algo novo (uma ampliação do conteúdo), mas que já está contido no sujeito (não-ampliação do conteúdo). A ciência deve enxergar o novo, mas também o universal.²⁵

Em Kant, o conhecimento depende do empírico, das impressões que temos a partir dos sentidos. Entretanto, a maneira como sentimos é condicionada pela nossa razão, que contém pressupostos que nos farão perceber o mundo da maneira com a qual o percebemos.²⁶

Kant distingue entre “matéria” e “forma”. Matéria são as impressões que o sujeito recebe dos objetos e do mundo exterior. A forma é a maneira com que essas impressões são organizadas. Pode-se dizer que a matéria está ligada com os sentidos, que recebem as

23 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 173.

24 Id., *ibid*, p. 173.

25 Id., *ibid.*, p. 174.

26 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 347.

impressões do mundo exterior, e corresponde ao predicado ou objeto; e a forma está ligada com a razão, com o sujeito, que organiza a matéria captada pelos sentidos.²⁷

“Ora, o conhecimento não é fruto nem do sujeito, nem do objeto, mas é a síntese da ação combinada do sujeito e do objeto: o sujeito dá a forma, o objeto a matéria; o conhecimento é resultado de um conhecimento *a priori* (o sujeito), e de um conhecimento *a posteriori* (o objeto): os juízos que o exprimem já não são apenas analíticos ou só sintéticos, mas também sintéticos *a priori*.”²⁸

O conhecimento é um processo hermenêutico, em que a razão interpreta as impressões que os sentidos captam do mundo.

A matéria é captada em duas formas *a priori* de sensibilidade: o “espaço” e o “tempo”. O ser humano percebe todas as coisas dentro do espaço e do tempo. Sem estes é impossível conhecer algo; assim, para conhecer o objeto, é preciso que este esteja dentro dessas condições.²⁹ O tempo e o espaço são chamados por Kant de “formas de sensibilidade”, pois, por meio delas, o ser humano percebe o mundo.³⁰

Para ser conhecido, todo ser deve estar dentro das condições transcendentais, isto é, dentro do tempo e do espaço, que são as condições de ser captado pelos sentidos. Já o transcendente é aquilo que não está dentro das formas de sensibilidade. O transcendente ultrapassa a experiência, e, por isso, não pode ser conhecido.³¹

Para Kant, não podemos conhecer nem o sujeito em si, nem

27 *Os pensadores: Kant, vida e obra*, loc. cit., p. X.

28 Battista MONDIN, op. cit., p. 174.

29 *Os pensadores: Kant, vida e obra*, loc. cit., p. X.

30 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 348.

31 Battista MONDIN, op. cit., p. 177.

o objeto em si, mas apenas dentro das condições transcendentais, no tempo e no espaço.³² O tempo e o espaço não são o modo de ser das coisas, não são as coisas em si (o “*númeno*”), mas são a maneira como o ser humano percebe as coisas, como as coisas são para nós (o “fenômeno”). Tempo e espaço, portanto, são atributos do sujeito e não do objeto.³³ Tempo e espaço estão na consciência do ser humano e não nos objetos em si; eles fazem parte da consciência do ser humano, da sua razão. Eles são a maneira como a razão organiza as impressões sensoriais, que não é apenas de forma passiva, mas também criativa.³⁴ O ser humano percebe o *fenômeno*, dentro da percepção externa de espaço e interna de tempo, porém, não percebe o *númeno*, a coisa em si.³⁵

Kant, a partir da compreensão de Hume, afirma que o homem busca conhecer as coisas porque a “lei da causalidade” faz parte de sua razão. O homem por sua natureza busca explicar as relações de causa e efeito, pois na natureza tudo acontece nesta relação.³⁶

A *forma* do conhecimento é intrínseca ao ser humano, e acontece dentro do tempo e do espaço e da lei da causalidade, que faz o ser humano buscar o porquê das coisas.

O conhecimento, que acontece a partir das condições de tempo e espaço sentidas pelo ser humano, é chamado de “conhecimento sensível”. No entanto, Kant ainda distingue esse conhecimento do “conhecimento inteligível”, o qual representa as coisas que não

32 Id., *ibid.*, p. 178.

33 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 866; ZILLES, Urbano. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulus, 1991, p. 49.

34 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 348-349.

35 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 177-178; Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 49.

36 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 349-350.

podem ser captadas pelos sentidos. Enquanto a matemática e a física estão dentro do “conhecimento sensível”, a metafísica atua dentro do “conhecimento inteligível”, pois se preocupa com o que não pode ser sentido.³⁷ A metafísica estuda as coisas em si, a essência dos seres, o *númeno*; ela se preocupa com o que é incognoscível.³⁸

É por meio do “conhecimento sensível” que o homem conhece, porém, esse “conhecimento” não lhe permite conhecer a coisa em si. Para conhecê-la em si é necessário o “conhecimento inteligível”, que não age dentro das dimensões de tempo e espaço.

Contudo, o homem não possui uma intuição intelectual, isto é, inteligível, que lhe permita conhecer as coisas em si, apenas uma intuição sensível. Apenas Deus tem uma intuição intelectual, enquanto o homem só está em contato com o objeto por meio dos sentidos e não do intelecto. Assim sendo, o homem não pode compreender o transcendental pelo fato de não ter um “conhecimento inteligível”.³⁹

Kant conclui que a metafísica, enquanto tentativa de estudar as coisas em si, é impossível, pois não há como chegar a este conhecimento. A metafísica não é uma ciência, pois, apesar de lidar com as ideias universais de Deus, alma e mundo, essas coisas não podem ser compreendidas pela razão teórica.⁴⁰

Portanto, o ser humano não pode compreender Deus por meio da razão:

“Para Kant, é impossível demonstrar racionalmente a existência de Deus.

37 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 865.

38 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 186; *Michaelis: Dicionário escolar Língua Portuguesa*. Ed. ver. Pelo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008, p. 567; Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 49.

39 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 177.

40 Ibid. p. 186

Somos incapazes de juízos científicos sobre Deus porque ele não ocorre no tempo e no espaço”.⁴¹

Mesmo não podendo compreender o transcendente, pois este não age dentro das condições de sensibilidade do ser humano, ainda assim a lei da causalidade faz com que o ser humano busque o conhecimento dessas coisas. Todavia, nunca se poderá chegar a uma resposta segura para as questões como a existência de Deus. Apenas se chegará a antinomias da razão, em que a resposta é tanto provável como improvável. Assim, para a razão, que sempre perguntará pela existência de Deus, sempre será tanto provável como improvável a existência deste Deus; a razão teórica não poderá provar nem negar a existência de Deus.⁴²

IV. A MORAL

É nesse vácuo da nossa razão que entra a importância da fé religiosa para Kant. É a fé que leva para a afirmação da existência de Deus, da imortalidade da alma e do livre-arbítrio do ser humano.⁴³ Gaarder diz:

“Em contraposição a Descartes, porém, Kant afirma expressamente que não foi a razão, e sim a fé, que o levou até este ponto [até o ponto de afirmar a existência de Deus]”.⁴⁴

41 Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 51.

42 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 352-354; Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 52.

43 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 354.

44 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 354.

No entanto, Kant não para apenas na fé, no postulado.⁴⁵ A fé na existência de Deus, na imortalidade da alma e no livre-arbítrio também tem relevância para a prática. Assim, a existência de Deus, por exemplo, não é apenas postulado, mas *postulado prático*. A fé naquilo que não se pode provar por meio da razão é importante para a moral do ser humano. Deus é moralmente necessário para a vida.⁴⁶ É o postulado, a fé, que garante a moral; Zilles diz:⁴⁷

“Assim o primeiro postulado da razão prática, que garante a moralidade, é a liberdade humana. O segundo postulado é a imortalidade da alma. O terceiro postulado é a existência de Deus, o bem supremo. [...] Neles se baseia toda a ética de Kant”.⁴⁸

Vemos aqui, na ênfase na moral e na relação desta com Deus, a forte influência do Pietismo em Kant. O movimento pietista, em oposição à ortodoxia, prezava por uma boa conduta. A fé em Deus não deveria ser apenas uma fé racional, mas deveria se refletir na conduta. Uma fé em Deus deve levar para uma vida de comunhão íntima com Deus, e uma vida que esteja de acordo com essa fé deve se refletir em obras de amor. No Pietismo, Deus e a moral também estão vinculados.

Assim Kant tentou salvar a fé cristã de um ateísmo e das tendências de provar a existência de Deus racionalmente, e ainda recuperou a importância de Deus para a moral, estabelecida já pelo Pietismo.

A principal obra de Kant sobre a moral é a *Crítica da Razão*

45 Postular é afirmar algo que não se pode provar. Ibid. p. 354.

46 Ibid. p. 354.

47 Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 55.

48 Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 55.

Prática (1788),⁴⁹ onde ele defende a importância da razão na área prática, na moral. Diferente da *Crítica da Razão Pura*, na qual a razão teórica deve estar vinculada ao empírico, a razão prática deve estar separada dele. A moral não deve se basear em sensações e experiências, ela deve ser numênica.⁵⁰

A razão é fundamental para ditar a prática do ser humano. É a razão que deve ditar qual o certo e o errado. E, sendo a razão inerente a todos os homens, todos estes possuem também uma *razão prática*, que apresenta o certo e o errado no campo da moral.⁵¹ A partir disso, podemos concluir que o pensamento de uma moral é universal.

A razão deve ditar a lei moral de valor absoluto, e não a experiência. Se a lei viesse da experiência, esta seria subjetiva e particular, e não absoluta e universal. Entretanto, a lei moral deve ser condição *a priori* (pura, sem contato com a experiência) da vontade, que deve ser desvinculada de qualquer objetivo particular.⁵²

A lei moral, ligada à razão e não aos sentidos, é “formal”, e não “material”.⁵³ Assim ela dita o que é certo e errado em todas as situações, em todos os lugares, sem estar sujeita a alguma situação específica.⁵⁴ Pelo fato de ela não dever ser motivada por nada particular ou por uma situação específica, a lei pura é um *imperativo categórico*: é necessário obedecer à lei pela própria lei e não por outro motivo, não por interesse ou em determinada situação.⁵⁵

Esse imperativo categórico está dentro do que Kant chama de

49 Cf. também: KANT, Immanuel. *Kritik der praktischen Vernunft*. 1788.

50 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 901-902.

51 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 356.

52 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 186-187.

53 Urbano ZILLES, *Filosofia da religião*, p. 53.

54 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 357.

55 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 186-187.

“princípios práticos”, que são as regras que determinam a vontade. Os princípios práticos se dividem em dois grupos: as “máximas”, que são as regras particulares, e os “imperativos”. As máximas valem apenas para o sujeito que as propõe, sendo assim subjetivas e não válidas para todo o ser racional. Os imperativos valem para todos (são universais), de modo que, se a razão comandasse a totalidade da vontade do ser humano, a ação aconteceria de acordo com essa regra. Os imperativos são as ações corretas, isto é, morais. São os fatores emocionais e as experiências que afastam o homem desse imperativo.⁵⁶

Os imperativos se dividem em dois grupos: os “hipotéticos” e os “categóricos”. Os hipotéticos são determinados a partir de um alvo a que se quer chegar (“faça” isso “se queres” aquilo) e valem para todos os que querem chegar ao mesmo alvo. Os categóricos determinam a ação, não tendo em vista um objetivo, mas simplesmente dizem o que se deve fazer.⁵⁷

O imperativo categórico são as leis morais, que são universais e necessárias, mas não da mesma maneira como as leis naturais. A diferença se dá pelo fato de as leis naturais não poderem deixar de acontecer, enquanto as leis morais podem deixar de acontecer devido às inclinações para os sentimentos.⁵⁸

O imperativo categórico é descrito em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) em três pontos.⁵⁹ No primeiro ponto, Kant afirma que uma ação é categórica quando agimos de tal modo que a nossa ação possa ter valor universal; em segundo lugar, essa ação deve sempre tratar os outros e a si mesmo como um fim e

56 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 903.

57 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 903-904.

58 Ibid. p. 904.

59 Ibid. p. 907.

não como um meio para se chegar a outro alvo; e, em terceiro lugar, deve-se agir para que a nossa vontade possa considerar a si mesma como instituidora de uma legislação universal, isto é, que a vontade de qualquer pessoa possa aprovar nossa vontade e ação.⁶⁰

Na *Crítica da Razão Prática*, Kant só mantém o primeiro ponto, dizendo que devemos agir de modo que a máxima de nossa vontade possa valer como princípio de legislação universal. O subjetivo (a máxima) deve se tornar objetiva (lei universal), este é o critério para definir uma ação categórica.⁶¹

A lei moral, ou o imperativo categórico, não pode consistir apenas em ordenar ações, porque, dessa maneira, a ação estaria sujeita ao conteúdo da lei moral, e não seria mais uma lei moral, mas sim, uma lei material. Cai-se, desse modo, em um empirismo no qual a vontade é determinada pelo conteúdo (se este é bom ou ruim para mim); cai-se novamente na subjetividade, porque a lei, mesmo sendo obedecida, está ainda vinculada à experiência, ao sentimento. Quando a ação depende do conteúdo, o ser humano irá obedecer à lei apenas para obter algo em troca ou para evitar o castigo de não obedecê-la. É isso que acontece com as leis do Estado, que não têm poder sobre a intenção da obediência.⁶²

A lei moral não deve depender do conteúdo, da matéria, mas apenas da forma, isto é, da razão. Dessa maneira, moral não é aquilo que o ser humano faz, mas a intenção com que se faz. Mesmo agindo corretamente, ele ainda pode não ter tomado uma atitude moral, pois a sua atitude está inclinada às suas sensações. O que vale é a intenção

60 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 187-188.; Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 359.

61 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 907.

62 Id., *ibid.*, p. 905.

correta.⁶³ A moral é determinada como boa a partir de uma intenção *a priori*, livre de subjetivismos.

Dizer que a ação deve estar desvinculada do conteúdo é o mesmo que dizer que ela deve estar desvinculada da causalidade. Pela causalidade, nossa ação aconteceria dentro da relação de causa e efeito e, dessa maneira, ela buscaria um interesse ou evitaria um castigo; ela não teria um fim em si mesma, mas seria um meio para conseguir algo para si mesmo. A ação motivada pela causalidade, mesmo podendo parecer uma ação livre (pois faço aquilo que quero e que é bom para mim), na verdade, é uma ação escrava da própria causalidade, escrava do egoísmo.⁶⁴

O ser humano deve se libertar da causalidade, que é inerente a ele e está na natureza. E o meio que Kant oferece para o ser humano poder agir de maneira correta, sem se submeter à causalidade, é a fé na existência de Deus. Por isso, é extremamente necessária a fé na existência de Deus, pois, apenas por meio dela, o ser humano não vai agir de acordo com a sua natureza egoísta, mas vai agir corretamente.⁶⁵

O ser humano não está preso à causalidade, aos processos naturais. Ele possui livre-arbítrio para seguir o que sua razão coloca como certo, isto é, como lei moral. Apenas fora da causalidade há liberdade.

Esse princípio de fazer o bem sem procurar receber nada em troca é semelhante à compreensão de amor que encontramos na Bíblia. O amor incondicional, o *ágape* (avga,ph),⁶⁶ é aquele que não

63 Dario ANTISERI; Giovanni REALE, *História da Filosofia*, p. 906.

64 Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 359-360.

65 Battista MONDIN, *Curso de filosofia*, p. 188.

66 NESTLE, Erwin; ALAND, Kurt. *Novum Testamentum Graece*. 27. revisada ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006, p. 463.

procura interesse, mas que simplesmente age por amor: “[O amor] não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, [...]” (1Co 13.5).⁶⁷ A moral, em Kant, da mesma maneira, é uma atitude de amor, que não busca interesse. Esse conceito, certamente, foi herdado da importância que o Pietismo dá à moral e ao amor ao próximo. É por meio das atitudes de amor ao próximo que acontece a santificação, para o Pietismo.

Percebe-se que a intenção de Kant não era levar a um ateísmo por meio da razão, a qual não pode afirmar e provar a existência de Deus. Todavia, a sua intenção é afirmar a existência de Deus por meio da fé racional e prática. Kant demonstrou a necessidade de Deus.

V. O CONFLITO DA TEOLOGIA COM A FILOSOFIA

Neste capítulo, será apresentada uma abordagem sobre a primeira seção do *Conflito das Faculdades*,⁶⁸ que trata sobre o conflito entre a faculdade de filosofia com a de teologia, intitulado de *O Conflito da Faculdade de Filosofia com a Teológica*. Ao longo da abordagem, serão apresentados aspectos do pensamento de Kant sobre o conhecimento e a moral, encontrados no *Conflito das Faculdades*.

67 BÍBLIA SAGRADA. Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

68 Para realizar esta abordagem foi utilizada uma versão eletrônica em formato pdf, que contém a tradução de Artur Morão: KANT, Immanuel. *O Conflito das Faculdades*. Tradução Artur Morão. 1798. Cf. também o texto original: KANT, Emmanuel. *Streit der Fakultäten*. 1798.

Neste livro, Kant confronta a faculdade de filosofia com as faculdades de teologia, direito e medicina. É um confronto da razão com essas faculdades, que são utilizadas pelo governo para o bem da população.

No prefácio, Kant justifica o que escreveu em *A Religião dentro dos Limites da Pura Razão* (1793).⁶⁹ Se a razão se bastasse por si mesma, da revelação brotaria apenas a universalidade, a unidade e a necessidade das doutrinas da fé, que constituem aquilo que é essencial da religião. Essas são as doutrinas que dizem o que é prático (o que deve ser feito). Aquilo que podemos acreditar por argumentos históricos, mas que não tem relevância prática, é supérfluo. A revelação também é útil para suprir a deficiência teórica da fé pura racional; esse é o vácuo que a religião preenche, aquele no qual a razão não pode chegar (em que o tempo e o espaço não são perceptíveis).⁷⁰ Vemos, já no prefácio, o caráter moral que a religião possuía para Kant; e também a importância dela para aquilo que não pode ser provado pela razão.

A religião é uma necessidade pública: “De fato, não só para o bem cívico da coisa pública em geral, para o qual a religião é uma necessidade pública muito importante [...]” (KANT, 1798, p. 24.).

Na introdução de seu livro, Kant distingue os “eruditos”, que estudam em universidade e se ocupam com o saber, dos “letrados”. Os letrados são pessoas que estudaram e são contratados do governo para lhe servir de instrumento. Clérigos, magistrados e médicos são letrados de uma classe diferente, pois têm uma influência sobre o público. Eles se dirigem diretamente ao povo, que é composto de ignorantes, segundo Kant: “[...] porque se dirigem diretamente ao

69 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 20-21.

70 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 22.

povo, composto de ignorantes [...]” (1798, p. 28.).⁷¹

Kant explica a divisão das faculdades em “superiores” e “inferiores”. As superiores, como a teológica, a de direito e também a de medicina (a qual é muito mais livre que as outras duas, pois tem uma ligação maior com a razão),⁷² recebem esse título porque suas doutrinas interessam ao governo, que decide quais delas estão corretas ou não e quais devem ser expostas ao público. Já a faculdade que se ocupa apenas com as ciências, da qual o governo não tem interesse, é considerada inferior (isto é, a filosófica). Na inferior, quem decide as doutrinas é a razão dos eruditos. No entanto, a faculdade inferior é muito necessária, pois é livre (não está presa ao que o governo ordena), o que lhe permite chegar à verdade por meio da razão. Sem a liberdade da faculdade inferior, não se chegaria à verdade.⁷³

Ao longo dessa primeira seção, Kant apresenta o pensamento de que a religião é uma necessidade pública, pois o governo a utiliza para influenciar a população, com o objetivo de garantir o bem desta. Nas três faculdades, não só na teológica acontece o mesmo: o governo garante o bem eterno (teológica), o bem civil para o membro da sociedade (direito) e o bem corporal (medicina). Isso faz com que sejam importantes e benéficas para a população.⁷⁴

A lei pública, usada para frear o comportamento, garantida pelo poder jurídico, não basta. As leis podem apenas controlar o comportamento externo; como já vimos anteriormente, para Kant, a moral não estava na atitude externa, mas na intenção com que o ser humano age. Para garantir uma boa intenção e, conseqüentemente, uma atitude moral, é necessário o poder da igreja, pois esta tem controle

71 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 28.

72 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 38.

73 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 29-30.

74 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 32.

sobre os pensamentos e pode dirigir a vontade da população.⁷⁵

O teólogo bíblico⁷⁶ prova que Deus existe por ele ter se expressado por meio da Bíblia, mesmo onde a escritura e a razão não podem andar juntas. No entanto, esse teólogo não pode expor publicamente questões como a de que o próprio Deus tenha falado por meio da Bíblia, pois se trata de questões históricas (não têm relevância para a moral) e iriam apenas confundir o povo, não contribuindo para o seu bem. Esse teólogo deve contar com a confiança do povo nele, e com o agir sobrenatural (não racional) da compreensão que conduz à verdade, mas não deve contar apenas com a razão.⁷⁷

Apesar de Kant não falar da justificação, e de toda a sua ênfase estar na santificação e no agir moral do ser humano, ele não exclui a graça:

“Por fim, no tocante ao cumprimento dos mandamentos divinos quanto à nossa vontade, o teólogo bíblico não deve sequer confiar na natureza, i.e., no próprio poder moral do homem (a virtude), mas na graça (influência sobrenatural, embora simultaneamente moral) que o homem só pode partilhar mediante a fé que transforme intimamente o seu coração; esta fé, por seu turno, só pode esperar da graça”.⁷⁸

Embora a razão não possa compreender Deus, como já vimos anteriormente, Kant não pode excluir Deus, pois apenas ele pode garantir a moral na sociedade. O agir moral, não a partir dos sentimentos, mas a partir da razão, depende da irracionalidade da

75 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 32.

76 Kant distingue entre o *Teólogo Bíblico* e o *Teólogo da Razão*. O teólogo Bíblico se fundamenta apenas em estatutos, como a Revelação divina na Escritura; o teólogo bíblico puro é aquele teólogo que ainda não foi contaminado pela razão. O teólogo racional se baseia em leis interiores que se extraem da razão de todo o homem. Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 35; 50.

77 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 34.

78 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 35.

existência de um Deus, que, por meio da sua graça, faz o ser humano agir moralmente.

Percebe-se nitidamente a influência cristã pietista em Kant. Ele está preocupado com a santificação do ser humano, que acontece pelas obras de amor ao próximo, por meio da moral. Kant queria que o ser humano agisse moralmente, que tivesse uma vida santificada e de amor ao próximo. A civilização, o viver em sociedade, é fruto da santificação.

A faculdade filosófica, que chega à verdade por meio da razão, serve para controlar e ser útil para as faculdades superiores, apresentando-lhes a verdade. Ela é serva das faculdades superiores, pois a sua liberdade contribui para que a faculdade superior, os funcionários e o governo cheguem cada vez mais perto da verdade.⁷⁹

A filosófica é livre para submeter todas as matérias ao exame da verdade, e as faculdades superiores devem aceitar as suas críticas (este é um conflito legal entre as faculdades, em que as doutrinas são questionadas pela razão, sejam doutrinas históricas, racionais ou estéticas);⁸⁰ ao contrário dos letrados, que não podem contradizer publicamente as doutrinas que o governo lhes confiou. Esta liberdade, de contradizer a doutrina estabelecida pelo governo, só as faculdades possuem, mas não os que trabalham para o governo. Se a doutrina estabelecida pelo governo fosse contradita publicamente pelos letrados, estes colocariam a população contra o governo, isso Kant chama de conflito ilegal das faculdades.⁸¹

A discussão dos eruditos, quando contradizem a doutrina do

79 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 40-41

80 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 46.

81 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 40-42.

governo, não chega aos ouvidos da população, por isso, não gera problemas. E quando chega aos ouvidos da população, não causa problemas, pois a população entende que tais discussões não são assuntos seus, e que devem apenas se ater ao que é anunciado pelos letrados.⁸²

Vê-se, nessa relação das faculdades e sua busca pela verdade, a intenção que o Iluminismo tinha de derrubar a superstição presente entre o povo. O povo atribui uma força mágica aos letrados e eruditos das faculdades superiores. Tal força mágica exclui toda a atividade pessoal do povo (o povo é passivo). O povo pensa que os eruditos da faculdade teológica podem vender um bilhete de entrada no céu para aqueles que vivem de modo infame. Esse tipo de conflito das faculdades, que atribui um poder mágico aos eruditos e letrados e que leva para a superstição, também é considerado ilegal por Kant, assim como o conflito que derruba a doutrina do governo. A faculdade filosófica deve derrubar essa superstição, mostrando que é necessário um agir ativo pessoal. E para que isso aconteça, a faculdade superior precisa se deixar ser questionada pela razão, não derrubando as suas doutrinas, mas se opondo à superstição do povo; dessa maneira, o conflito seria legal.⁸³

Essa influência do governo sobre o povo não é apenas iniciativa do próprio governo, é também um desejo do povo: “O povo quer ser dirigido, i.e. (na linguagem dos demagogos), enganado”.⁸⁴ O povo quer enganar a si mesmo porque quer ser beneficiado, por isso, prefere dispensar a razão e permanecer na superstição. A partir disso, temos que entender e iniciativa de Kant de dizer que a moral

82 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 41.

83 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 43-44.

84 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 44.

depende da razão, e não da causalidade, pois esta busca apenas o próprio interesse. E o governo, que está a serviço do povo, para que este seja influenciado, deve dar lugar à razão pelo bem do próprio povo, para se chegar à verdade, desde que esta não cause o mal do povo. Por isso, a razão não pode afirmar a inexistência de Deus, pois isso não seria para o bem da população. O foco de Kant sempre está no bem do ser humano; é para esse bem que a razão e a moral devem agir.

Dessa maneira, vemos que Kant sempre está se preocupando, ao mesmo tempo, com o conhecimento teórico (com o objetivo de que o povo não se torne ignorante e se volte para a superstição, mas para que a verdade seja cada vez mais conhecida) e com a moral (que necessita da existência de Deus, e, portanto, não pode ser destruída pela razão, para o bem do povo). É como se Kant procurasse um meio termo, com o objetivo de resolver as dificuldades que encontrou em colocar a fé e a razão lado a lado, pois ambas são importantes para ele, tanto para o conhecimento quanto para a moral.

O conflito entre as faculdades deve sempre acontecer, porém de maneira correta, isto é, sem deixar a verdade alcançada pela razão trazer o mal para o povo e, ao mesmo tempo, sem deixar o governo dominar o povo sem levar em conta a verdade, permitindo que o povo engane a si mesmo.⁸⁵ “A Faculdade filosófica nunca pode, pois, depor as suas armas perante o perigo de que está ameaçada, a verdade, cuja guarda lhe está confiada, porque as Faculdades superiores jamais renunciarão ao desejo de governar”.⁸⁶

As faculdades devem estar se corrigindo. A faculdade superior teológica, composta pelos teólogos bíblicos, está preocupada com o

85 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 47.

86 Immanuel KANT. *O Conflito das Faculdades*. p. 47.

conhecimento bíblico teórico e com as suas doutrinas, e lança em dúvida o que é apresentado pela faculdade filosófica, que é acusada de lançar fora as doutrinas teóricas, que deveriam ser aceitas como reveladas (como, por exemplo, a doutrina da trindade, afirmada a partir dos estatutos, mas negada pela filosófica, pois não pode ser compreendida pela razão). A faculdade filosófica, composta pelos teólogos racionais, preocupa-se mais com questões práticas (moral), acusando a faculdade superior de se esquecer de seu objetivo e do objetivo da própria escritura,⁸⁷ que deve ser uma moral fundada na razão (a doutrina trinitária, para estes, deveria ser descartada, pois não pode ser compreendida e não tem relevância para a moral).⁸⁸

Para Kant, doutrinas teóricas que ultrapassam o conceito da razão devem ser interpretadas para o benefício da razão e da moral. A doutrina da trindade, levada à letra, mesmo se pudesse ser compreendida, não teria nenhuma relevância prática. Não se pode tirar dessa doutrina nenhuma regra para a conduta. Para Kant, deve se introduzir um sentido moral nessas proposições de fé, para que tenham relevância (Kant observa que essa foi uma tentativa dele no livro *Religião nos Limites da Pura Razão*).⁸⁹

Também para a doutrina da encarnação de uma pessoa da trindade, Kant tenta trazer uma relevância prática, afirmando que ela deve ser entendida como a humanidade habitando em Deus desde a eternidade em sua perfeição moral, e não como Deus vindo habitar em um humano. Se ela for entendida assim, como no último caso, nada de prático poderíamos tirar do exemplo de Jesus, pois não

87 Kant diz sobre o objetivo da Bíblia: “O teólogo bíblico diz: Buscai na Escritura, onde julgais encontrar a vida eterna. Mas esta, cuja condição é unicamente a melhoria moral do homem [...]” Id., *ibid.*, p. 51.

88 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 52-53.

89 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 53-54.

podemos exigir de nós mesmos que tenhamos atitudes como as de Deus.⁹⁰

Dessa maneira, Kant apresenta o conflito entre as faculdades como necessário e importante para o bem da sociedade, para a moral desta. O conflito é necessário para se manter um equilíbrio, não caindo em doutrinas teóricas que não têm relevância para a prática e que nem podem ser racionalizadas, e não caindo em uma racionalização que prejudicaria a moral na sociedade.

Uma sociedade sem Deus é uma sociedade sem moral. Por isso, a função de Deus e da igreja é simplesmente moral. Doutrinas sem relevância moral são excluídas, pois não contribuem nem para a razão e muito menos para a moral, que é o objetivo primeiro de toda a doutrina teológica. É a razão, a faculdade inferior, que lembra a faculdade teológica superior dessa sua função primordial, sem a deixar cair em doutrinas irrelevantes.

Uma sociedade sem Deus destruiria a si mesma, pois, dessa maneira, o ser humano buscaria apenas o interesse sobre o outro, e não teria atitudes que não visem o bem próprio (que são atitudes morais).

VI. CONSIDERAÇÕES ANTROPOLÓGICAS E TEOLÓGICAS

Neste último capítulo, serão apresentadas consideração antropológicas (quem é o ser humano) e teológicas (quem é Deus) a partir da análise do pensamento de Kant e de sua obra *O conflito das*

90 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 54.

Faculdades.

O ser humano é um ser racional e empírico, que vive dentro das condições do tempo e de espaço, por meio das quais ele entende o mundo ao seu redor. É por meio dessas condições, captadas pelos sentidos, e organizadas pela razão, que o ser humano chega ao conhecimento teórico. Por esse motivo, Kant chega à conclusão antropológica de que o ser humano é incapaz de compreender Deus por meio da razão, pois este não está dentro das condições de sensibilidade. No entanto, essa impossibilidade de racionalizar a existência de Deus não leva Kant à afirmação teológica de que Deus não existe, nem de que Deus existe. É impossível fazer uma afirmação racional a esse respeito.

Para resolver esse problema, Kant sai da razão teórica e leva a existência de Deus para o âmbito da razão prática (a moral). As questões da metafísica (do *numênico*) são impossíveis no conhecimento teórico (tempo e espaço), mas Kant encontra outro caminho para falar delas, que é a prática.⁹¹ É por meio da moral que Kant afirma a existência de Deus. Se Deus não fosse relevante para a moral, certamente seria necessário afirmar a sua inexistência. Deus apenas existe lá onde o que afirmamos sobre ele tiver alguma relevância moral. Aquilo que não tem relevância prática, e não pode ser usado nem para entender algo por meio da razão, é supérfluo.

Sobre o agir do ser humano, Kant afirma duas coisas. Por um lado, o ser humano foi criado dentro das condições naturais, dentro do tempo e do espaço e dentro das relações de causalidade (ação e reação). A causalidade é universal, todo ser humano a possui; ela o faz agir dentro de suas leis de causa e efeito. O ser humano, também sendo um ser racional (a racionalidade também é universal), busca

91 ZILLES, Urbano. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulus, 1991, p. 49.

compreender essa causalidade em tudo o que acontece na natureza. A causalidade é percebida pelo ser humano dentro das condições de tempo e espaço. Nessa relação, o ser humano busca agir para ser beneficiado pelas suas próprias atitudes.

Por outro lado, Kant também afirma que o ser humano possui livre-arbítrio. No entanto, isso ele não afirma a partir da razão teórica (como no caso da causalidade), mas a partir da razão prática. É por meio da moral que Kant afirma que o ser humano é um ser livre. E essa liberdade permite com que o ser humano saia da relação de causalidade e tenha atitudes que não busquem receber algo em troca. Somente atitudes livres da causalidade são atitudes morais. O ser humano, por sua natureza, não é um ser moral, mas um ser que busca seus próprios interesses; ele é, por natureza, egoísta. A moralidade é desenvolvida pelo ser humano ao longo de sua existência, quando ele sai da relação de causalidade, abandonando a sua natureza. A atitude que busca interesse próprio é o pecado do ser humano.

É a partir desses dois conceitos, de que o ser humano está dentro das condições naturais de causa e efeito e que ele tem liberdade para sair dessa relação, que podemos chegar à seguinte conclusão: a natureza humana, que age dentro da causalidade, é o pecado ontológico do ser humano. Este se liberta desse pecado ontológico a partir de sua liberdade, tendo atitudes morais e não causais, isto é, a santificação do ser humano.

Entretanto, a liberdade do ser humano, que lhe possibilita tomar atitudes morais, não depende apenas dele, pois ele, por natureza é pecador, mas depende do agir sobrenatural e irracional de Deus que, por meio de sua graça, concede a fé que transforma o coração do ser humano.⁹² A moral, embora sendo racional (pois se não for

92 Immanuel KANT, *O Conflito das Faculdades*, p. 35.

racional vai estar dentro das condições naturais e vai depender dos sentimentos, que levam para a causalidade), depende da existência de Deus, que não pode ser compreendida pela razão teórica (pois esta depende das condições naturais de tempo e espaço). Só Deus pode libertar o ser humano, pois apenas ele atua dentro da razão prática (que não está submetida aos sentidos), e não da razão teórica (que depende do empírico e faz parte da natureza do ser humano, pois este é um ser empírico e, inclusive, a sua razão teórica depende do empírico).

Deus está situado em uma racionalidade prática. Por isso, em primeiro lugar, ele deve contribuir para a moral. O ser humano só pode viver em sociedade, de maneira correta, tendo atitudes morais, por causa de Deus. Sem Deus, o ser humano destruiria a si mesmo e não seria possível a convivência, pois, sem Deus, a causalidade diz para o indivíduo se aproveitar do outro, ou para se vingar do outro. Assim os indivíduos se matariam.

Nem mesmo a lei pública consegue controlar a sociedade, apenas Deus pode fazer isso; o ser humano é dependente de Deus. A lei pública consegue frear o ser humano, mas não consegue fazê-lo sair da relação de causalidade com o próximo, pois ele obedece à lei apenas por causa da causalidade (ou para ganhar algum benefício ou para não ser punido). A partir disso, Kant conclui que a moral não está na atitude, mas na intenção da atitude. Mesmo atitudes boas podem ter uma intenção errada, motivada pelo pecado original, pela causalidade. O conceito de causalidade de Kant (a intenção de ter algum proveito próprio por detrás de uma atitude), dessa maneira, encaixa-se perfeitamente com o conceito de pecado ontológico. A causalidade é ontológica, faz parte do ser humano. O agir causal não é necessariamente visível e perceptível, mas está dentro do ser

humano, em seus sentimentos e emoções e intenções, fazendo parte do seu ser.

Kant combate um hedonismo e um eudemonismo, em que a atitude está voltada para a obtenção de prazer e de alegria, de satisfação própria. Não se pensa além do próprio prazer; um ser humano voltado para si mesmo.

A ideia de que Deus é necessário para a sociedade está muito presente ainda hoje, quando se pensa apenas em ir à igreja para correção moral, por exemplo: “Vou mandar meu filho na igreja, quem sabe, lá ele aprenda algo de bom”, “Meu marido está indo na igreja, lá ele vai ver que beber é errado, e vamos poder viver novamente em harmonia”. Deus serve somente para corrigir a moral, para que a sociedade tenha membros que se respeitem e assim não se destruam, para que pessoas possam viver em uma mesma casa.

Esquece-se do Deus que morre pelo ser humano pecador, da justificação e salvação em Jesus Cristo, da graça de Deus. A única coisa que resta é o Deus que diz como é certo e como é errado agir.

VI. CONCLUSÃO

Em Kant, o ser humano é um ser racional e empírico, que sempre busca entender o mundo em que vive a partir da relação de causa e efeito (causalidade), que acontece em tudo na natureza. Para chegar a esse conhecimento, o ser humano possui os seus sentidos, que captam as impressões do mundo na forma de tempo e espaço. Estas, por sua vez, são organizadas pela razão do ser humano. Dessa maneira, acontece o processo de conhecimento teórico do ser

humano, no qual ele consegue conhecer os fenômenos, porém, não as coisas em si.

Todavia, nem tudo o que faz parte da vida do ser humano ele consegue compreender pela razão, pois nem todas as coisas estão dentro das condições de sensibilidade. Entre elas, encontra-se Deus.

Entretanto, o ser humano, que, por sua natureza, está dentro das condições naturais de causalidade, precisa abandonar essa causalidade para que possa viver com outras pessoas de maneira respeitosa na sociedade. É nesse ponto que entra a importância de Deus, pois apenas ele consegue libertar o ser humano da causalidade.

Se, por um lado, Deus não podia ser compreendido teoricamente pela razão do ser humano, agora ele se torna importante moralmente a partir da razão. Deus, que não pode ser compreendido, está inteiramente ligado com a razão prática, que me diz o que é certo e errado, o que é moral.

O ser humano necessita de Deus. É preciso que Deus, que não pode ser sentido, e a razão prática do ser humano, que não deve estar submetida a nada que é empírico, estejam ligados para o bem da sociedade. Apesar de Deus ser incompreensível, ele está inteiramente ligado com a razão humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Kant*. 7. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- GAARDER, Jostein. *O Mundo de Sofia: Romance da história de filosofia*. São

Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- KANT, Immanuel. *Kritik der praktischen Vernunft*. 1788.

- KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. 1781.

- KANT, Immanuel. *O Conflito das Faculdades*. Tradução Artur Morão. 1798.

- KANT, Emmanuel. *Streit der Fakultäten*. 1798.

- *Michaelis: Dicionário escolar Língua Portuguesa*. Ed. ver. Pelo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

- MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. 9. ed. 2. vol. São Paulo: Paulus, 2003.

- NESTLE, Erwin; ALAND, Kurt. *Novum Testamentum Graece*. 27. revisada ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006.

- *Os Pensadores: Kant, vida e obra*. 4. ed. 1. vol. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

- PHILLIP, Wolfgang. *Das Zeitalter der Aufklärung*. Lichlingen: R. Brockhaus Verlag Wuppertal.

- SOMMER, Wolfgang; KLAHR, Detlev. *Kirchengeschichtliches Repetitorium*. 4. ed. Göttingen: Vanderchoeck & Ruprecht GmbH & Co. KG. 2006.

- ZILLES, Urbano. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulus, 1991.